saude.capital

Capital jurídico para a saúde digital.

Metodologia do Painel de Nove

Nove perspectivas de análise, divergência real e gatilhos de interrupção

v1.1 · agosto de 2026

https://saude.capital

Sciereli Avila Health, Data & Cybersecurity LTDA · CNPJ 62.624.061/0001-87 · Brasília/DF

1. O que o painel é

O Painel de Nove Perspectivas é a instrumentação de análise do saude.capital: a mesma questão jurídica é examinada por nove funções analíticas distintas, com divergência real entre linhas — não uma voz única com nove rótulos. Cada perspectiva é uma função de análise, não um personagem: o resultado de cada linha é um argumento fundamentado no corpus citável, com número, data, status de vigência e fonte oficial.

> **O painel instrumentaliza; não decide.** A saída do painel é subsídio de análise para revisão, juízo profissional e assinatura de advogado habilitado do escritório parceiro (Lei 8.906/94, art. 1º, II, e art. 16). Validação humana é política, não exceção: 100% das entregas.

2. As nove perspectivas

Três blocos — doutrina, jurisprudência e prática — mais uma linha adversarial dedicada:

Doutrina

Perspectiva	Função analítica
Doutrina constitucional	Lê a questão pela lente dos direitos fundamentais e da proteção constitucional do dado pessoal (EC 115/2022).
Doutrina de proteção de dados	Aplica o regime da LGPD e dos atos da ANPD ao caso — bases legais, princípios, deveres dos agentes.
Doutrina de direito administrativo	Examina competência, forma e efeitos dos atos normativos setoriais (CFM, CNS, MS, ANPD).

Jurisprudência

Perspectiva	Função analítica
Tribunal superior	Busca o estado da questão nas cortes superiores — teses firmadas e tendências.
Primeira instância	Observa como a questão vem sendo decidida na prática forense cotidiana.

Prática e contraditório

Perspectiva	Função analítica
Banca — risco conservador	Formula a leitura mais prudente: o que uma banca avessa a risco recomendaria.
Banca — foco em saúde digital	Formula a leitura setorial: o que uma banca especializada em saúde digital praticaria.

Consultoria jurídica interna	Assume a cadeira do jurídico interno do cliente: viabilidade operacional e implementação.
Contestação regulatória	Linha adversarial dedicada: testa a robustez do argumento contra a leitura mais desfavorável possível.

> **Nota:** A divergência entre linhas é preservada na saída, não harmonizada artificialmente — quando as perspectivas discordam, o parecer instrumentado mostra a discordância e seus fundamentos. É essa divergência que dá ao advogado revisor a matéria-prima do juízo profissional.

3. Fundamentação verificável

Toda afirmação normativa das nove linhas cita o corpus do saude.capital — 19 normas com número, data, status de vigência, peso normativo e URL oficial verificados na fonte (na data desta versão). O vocabulário de status é honesto por construção: vigente, publicada com vigência futura, revogada, revogada parcialmente.

- Citação que não pode ser confirmada na fonte oficial é **marcada explicitamente como não verificada** — nunca apresentada como fato.
- "Não encontrada no corpus" nunca vira "norma inexistente"; o escopo vigente do corpus é declarado junto da análise.
- Cada entrega refere-se ao corpus na data; alteração normativa superveniente não retroage sobre o que foi entregue.

4. Classificação de risco e gatilhos de interrupção

A análise fecha com classificação de risco em quatro níveis:

Nível	Efeito no fluxo
Baixo	Segue para revisão do advogado com a fundamentação completa.
Médio	Segue para revisão, com os pontos de atenção destacados.
Alto	Segue para revisão, com a divergência entre perspectivas em primeiro plano.
Crítico	Interrompe o fluxo automatizado e escala para humano — gatilho de parada, sem exceção.

> Em todos os níveis, a revisão humana por advogado habilitado acontece — a diferença do risco crítico é que o próprio fluxo instrumentado para antes de concluir. O juízo final sobre o risco e a orientação ao cliente são sempre do escritório parceiro.

5. O que o painel não é

- Não é parecer jurídico — é instrumentação de análise para o parecer que o advogado assina.

- Não cria relação advogado–cliente e não substitui o juízo profissional.
- Não promete resultado jurídico (“conformidade garantida”, “risco eliminado”).
- Não usa conteúdo de cliente para treinar modelos de IA, nem para finalidade além do serviço contratado.

Documento do Kit do escritório parceiro — passa por revisão de advogados parceiros; ajustes geram nova versão. Fonte de conteúdo: docs/01 e docs/06 do repositório do produto. Sciereli Avila Health, Data & Cybersecurity LTDA · CNPJ 62.624.061/0001-87 · capital@saude.dev.